

Intervenção de Rui Salgado, delegado da FENPROF, em apoio à proposta de resolução “Fighting the Crisis an Essential Contribution of Higher Education and Research”.

O Ensino Superior público em muitos países da Europa está na mira dos interesses económicos. O financiamento público das universidades tem estado sujeito a fortes constrangimentos. Um estudo recente da European University Association (EUA) evidencia a diminuição da atribuição de fundos públicos aos sistemas de ensino superior em muitos países da Europa. Na Espanha, na Itália, na Grécia, na Irlanda, na Hungria, em Portugal e em outros países, o financiamento público decaiu mais de 10% entre 2008 e 2012.

Em Portugal está, hoje mesmo, a votar-se no Parlamento, o Orçamento de Estado para 2013. Neste, a dotação para o Ensino Superior é o pior deste século, e está, em termos nominais, sem contar com a inflação, ao nível da década de 90 do século passado.

Em comparação com o ano de 2005, as Universidades tiveram já uma quebra de financiamento público, via orçamento de Estado, superior a 20%, não contando com os cortes nos salários. Por outro lado, nos últimos 3 anos, a redução dos salários reais dos professores do ensino superior foi, na maioria dos casos, superior a 30%, o que inclui uma redução directa entre 22 a 24% nos salários, mais o aumento de impostos sobre o trabalho e sobre o consumo (o nosso IVA está a 23%) e a inflação. Para além disso, foram despedidos centenas de colegas convidados, as progressões estão congeladas e há muito poucos concursos para novos professores.

Ao mesmo tempo que os deputados votam hoje no parlamento português um Orçamento de Estado medonho, na rua, frente ao Parlamento, colegas nossos em conjunto com muitos outros trabalhadores protestam contra esta aprovação. A luta no que respeita ao Ensino Superior envolveu inclusivamente os reitores das Universidades que realizaram iniciativas inéditas, incluindo uma espécie de paralisação concertada em todas as Universidades para a leitura simultânea por todos os reitores de um comunicado comum. Esta iniciativa junto com o impacto da Greve Geral de 14 de Novembro, também no Ensino Superior, obrigou o Governo a recuar no corte orçamental para o Ensino Superior, que passou de uns 10 para uns 5%.

Por detrás destes cortes não estão só problemas financeiros colocados por uma dívida que não tem origem nos gastos públicos com a Educação. Por detrás destes cortes está uma política com uma agenda clara de degradação da qualidade do serviço público de ensino superior que:

- empurra muitas das suas instituições para um ensino “pós-secundário” de curta duração
- aumenta as assimetrias entre instituições para as elites e outras para os outros
- aumenta o peso da participação financeira dos estudantes e das suas famílias no ensino superior
- diminui a autonomia e aumenta a dependência das instituições de financiamentos privados

Estas são razões acrescidas pelas quais apoiamos a presente resolução e a vamos difundir junto dos nossos colegas. A resolução será útil na mobilização dos professores e dos investigadores nas próximas batalhas em defesa do Ensino Superior e da Investigação.

Budapeste, 27 de Novembro de 2012